

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: UMA BREVE ANÁLISE DO PROGRAMA TEMPO DE APRENDER

Aldenize Melo da Silva ¹

INTRODUÇÃO

O presente projeto discorre sobre o Programa Tempo de Aprender criado pela Secretaria de alfabetização (Sealf) do Ministério da Educação (MEC), baseado na Política Nacional de Alfabetização (PNA). Trata-se de uma política pública educacional criada para a formação continuada de professores atuantes na Educação Infantil e nos 1º e 2º anos das séries iniciais do Ensino Fundamental, com o objetivo de que as crianças se tornem plenamente alfabetizadas ao final do 2º ano.

A PNA surgiu para nortear a educação brasileira, ela é uma política pública educacional que foi estabelecida por meio do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, constituída com diretrizes relacionadas ao processo de alfabetização das crianças, e com sugestões de enfrentamento ao fracasso da alfabetização no Brasil.

O referido Programa, Tempo de Aprender, é considerado um desdobramento da PNA e foi instituído através da Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020, sendo idealizado para tornar efetiva a aprendizagem da leitura e da escrita dos alunos das escolas públicas de todo o País, seja no campo ou na cidade.

A proposta de alfabetização dos alunos até o final do 2º ano das séries iniciais está embasada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nesse aspecto, ainda que a criança desde o início de sua existência esteja inserida nas diversas práticas letradas, a expectativa é que somente nos anos iniciais (1º e 2º anos) ela seja plenamente alfabetizada (Brasil, 2017).

A alfabetização escolar na concepção de Mortatti (2010) abrange o processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, no início da escolarização dos alunos. Considera-se como um processo complexo e multifacetado que abarca

¹ Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Federal do Paraná - UFPR, aldenizepedag@gmail.com.



atuações especificamente humanas e, deste modo, políticas, sendo assim assinala como dever do Estado e direito constitucional dos cidadãos.

Para o desenvolvimento do Programa, cuja finalidade é tornar os alunos alfabetizados no início da escolarização, foram criadas ações as quais estão estruturadas da seguinte forma: formação continuada de profissionais da alfabetização; apoio pedagógico e gerencial para a alfabetização; aprimoramento das avaliações da alfabetização e; valorização dos profissionais da alfabetização (Brasil, 2020).

O Programa, o qual contempla a formação continuada de professores, além de gestores, dispõe de plataforma com conteúdo no formato online, realizada por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (Avamec), sendo esses conteúdos relacionados ao processo de alfabetização, que dizem respeito às estratégias de ensino, atividades e avaliações formativas, os professores, gestores, coordenadores e também os assistentes de alfabetização podem acessar e devem ter suporte necessário para isso².

As formações também acontecem no formato presencial, e a portaria nº 544, de 20 de julho de 2021 de que trata as ações de formação continuada presencial para docentes e gestores, no âmbito do Programa Tempo de Aprender, descreve no art. 2º sobre as finalidades das ações de formação continuada, dentre essas finalidades pode-se destacar a adesão às propostas da BNCC conforme está descrito no inciso III - promover [...] aprendizagens relacionadas às práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades descritos na Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Esse conjunto de conhecimentos a serem adquiridos é definido pela BNCC como competências (Brasil, 2017). A Base está fundamentada na padronização curricular, tendo como foco o desempenho dos estudantes consolidados nas avaliações de larga escala, com a finalidade de melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (Hypolito, 2021), e consequentemente essa padronização curricular tem induzido à padronização do currículo escolar e da formação docente.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

² Informações retiradas do portal do Ministério da Educação (MEC).



A pesquisa bibliográfica e documental, foi usada como subsídio teórico para desenvolvimento desta pesquisa. A pesquisa bibliográfica foi utilizada como subsídio teórico para desenvolvimento da pesquisa. Segundo Severino (2007, p. 122) a pesquisa bibliográfica “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores [...]. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores [...]”. Com isso, será feito um levantamento bibliográfico mais aprofundado acerca da temática investigada, visando contribuir como fundamento teórico da pesquisa.

Apropriou-se da técnica de pesquisa análise documental, que, de acordo com Prates (2019), corresponde em analisar documentos que não foram feitos pelo pesquisador. Nesse aspecto, foram analisados documentos como Decretos e Portarias que regulamentaram o Programa Tempo de Aprender e a Política Nacional de Alfabetização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar e pesquisar sobre a temática em questão constatou-se que o Programa Tempo de Aprender, o qual surgiu dentro da proposta da Política Nacional de Alfabetização (PNA), segue os direcionamentos apontados pela PNA acerca de seus fundamentos metodológicos sobre a alfabetização que compreende ser baseada em “evidências científicas”, e focaliza no método fônico para que os alunos sejam alfabetizados. Tal método concebe o processo de alfabetização como o ensino das relações fonemas-grafemas.

O Programa Tempo de Aprender surge na área das políticas públicas educacionais para a formação continuada de professores alfabetizadores com o objetivo de concretizar a alfabetização das crianças ao final do 2º ano do Ensino Fundamental (séries iniciais), destinado para todas as escolas públicas do País, seja zona urbana ou zona rural, mas não contempla as classes multisseriadas. A adesão ao Programa é considerada voluntária pelos entes federados (Brasil, 2020).

Mortatti (2008) descreve que o método fônico atualmente, considerado como novo e principalmente os comentários usados em sua defesa já mostraram ser inconvenientes há mais de um século, na educação do Brasil. E por isso, a autora propõe a superação desse método de alfabetização baseado em “evidências científicas”.



De acordo com Freire (1979) para que a alfabetização não seja meramente mecânica é importante conduzir o educando, inicialmente, a conscientizar-se. Ou seja, alfabetizar a si mesmo. Essa forma de alfabetizar trata-se de auxiliar o ser humano a aprofundar a consciência de sua problemática, assim como de sua condição enquanto sujeito. Desta maneira, se converterá para o indivíduo a capacidade de apreender a realidade de sua situação social de forma crítica, e intervir na sua própria realidade objetivando a sua transformação.

Outra informação relevante sobre o Programa Tempo de Aprender se trata de vincular a formação de professores ao objetivo proposto pela BNCC acerca do processo de ensino e a promoção da aprendizagem baseados em competências previamente estabelecidas. Essas competências correspondem com a ideia que é defendida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para a área da educação sobre o Desenvolvimento e Uso de Competências, esse campo defendido pela OCDE está diretamente relacionado à educação para o trabalho, sendo justificado pela ideia de que o desenvolvimento de habilidades e competências é essencial para um crescimento econômico e que deve ser estimulado pela inovação (OCDE, 2020).

Isso demonstra que a proposta para a educação pautada no desenvolvimento de competências e habilidades do Organismo Internacional, a saber, a OCDE, trata-se de promover gestores eficazes e a formação de professores capazes de formar os educandos para as competências exigidas no século XXI, ou seja, a educação a serviço do capital. No entanto, a educação escolar deve contribuir para a formação humana dos indivíduos e para a formação de alunos críticos. Para isso, a organização do conhecimento escolar, ou seja, o currículo escolar deve estar alicerçado no “[...] conhecimento científico, bem como o artístico e o filosófico, [...] juntamente com sua vinculação às exigências teóricas e práticas da formação dos homens” (Ribeiro; Zanardi, 2018, p. 9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, na educação básica, sobretudo no processo de alfabetização é de suma importância os esforços do poder público na perspectiva de tornar os alunos alfabetizados, bem como de promover momentos formativos aos docentes participantes desse significativo processo. Todavia, é crucial que no processo alfabético os educandos não somente aprendam a ler e escrever, mas compreender os contextos que envolvem os



elementos presentes nos textos. É fundamental que nesse processo os alunos desenvolvam a consciência crítica, assim como sejam capazes de fazerem a leitura de mundo.

A partir desse contexto deve proceder a formação de professores, sendo que a formação continuada é crucial para os educadores, como forma de apimorar os conhecimentos já existentes, de reelaborá-los e ressignificá-los, mas é fundamental que as políticas de formação de professores alfabetizadores viabilizem a autonomia do professor no fazer pedagógico.

Assim, é importante que no processo de alfabetização os educandos passem a adquirir as habilidades de leitura, escrita e interpretação textual, e para além disso, que sejam agentes críticos do ato de conhecer, assim como adquiram a capacidade de intervenção no seu contexto real e a capacidade de transformação social.

Palavras-chave: Formação continuada, Alfabetização, Política educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular – BNCC** 3ª versão. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização no âmbito do Governo Federal. Brasília: MEC, 2020a. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>>. Acesso em 04 de janeiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 546, de 20 de julho de 2021, altera a Portaria MEC nº 280, de 19 de fevereiro de 2020. Disponível em <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-546-de-20-de-julho-de-2021-333272805>>. Acesso em 05 de janeiro de 2025.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/Paulo%20Freire%20-%20Conscientiza%C3%A7%C3%A3o_pp.5-19.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2025.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-bncc. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 46, p. 35-52, jul./set. 2021. Disponível em <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8915>>. Acesso em 10 de dezembro de 2024.



MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 44, pp. 329-341, maio/ago. 2010.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. OCDE Areas of Work. Disponível em <<http://www.oecd.or/education/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2024.

PRATES, Jane Cruz. **O ciclo de investigação na pesquisa social**: do plano investigativo à análise dos dados. Belém, UFPA, 2019.

RIBEIRO, Márcen de Pádua; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. Concepções marxistas da pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani em relação à temática do conhecimento: contribuições ao currículo. **Educação em Revista**, n. 34, 2018, p. 1-20. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/LQp38RXYd9DRMxGd4pRt43j/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 14 de janeiro de 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. rev. e atual, São Paulo: Cortez, 2007.

